

AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: VISÃO DOS PROFISSIONAIS ATUANTES NOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL

*THE CONTRIBUTIONS OF DISTANCE EDUCATION FOR LOCAL AND REGIONAL
DEVELOPMENT: VISION OF PROFESSIONAL ACTIVE IN THE SUPPORTING
POLES FACE*

Eloiza Ribeiro Lopes Gama 

Universidade Federal do Vale do São Francisco,
UNIVASF
Petrolina, PE, Brasil
eloiza.ribeiro@univasf.edu.br

Marcelo Henrique Pereira dos Santos 

Universidade Federal do Vale do São Francisco,
UNIVASF
Petrolina, PE, Brasil
marcelo.henrique@univasf.edu.br

Francisco Ricardo Duarte 

Universidade Federal do Vale do São Francisco,
UNIVASF
Petrolina, PE, Brasil
francisco.duarte@univasf.edu.br

Luzia Coelho Rodrigues 

Universidade Federal do Vale do São Francisco,
UNIVASF
Petrolina, PE, Brasil
luzia.coelho@univasf.edu.br

Resumo. Este artigo tem como objetivos identificar as contribuições da Educação a Distância como política de expansão e democratização do ensino superior, sob o foco da visão dos Coordenadores de Polos de Apoio Presencial e Tutores presenciais, e observar as contribuições da expansão de cursos EaD para o desenvolvimento regional e local nos estados da Bahia e Pernambuco. Para realizar esta investigação, foram escolhidos quatro polos, localizados nas cidades de Juazeiro/BA, Pintadas/BA, Ouricuri/PE e Trindade/PE. Para a coleta de dados, usou-se a abordagem qualitativa de análise. Para o processo de levantamento de dados, procedeu-se a entrevistas com Coordenadores de Polo e Tutores presenciais e a distância, nos polos selecionados. Em complemento a estas entrevistas, utilizou-se o levantamento de arquivos e documentação (documentos, planilhas e registros impressos e digitais) da Secretaria de Educação a Distância da Univasf, com o intuito de verificar as localidades e polos dos egressos e, localizar os Coordenadores e Tutores. Após esta fase de coleta, procedeu-se à transcrição das entrevistas e à comparação documental, seguidos da análise dos dados obtidos. Dentre os resultados obtidos, destacam-se que os coordenadores concordam que a EaD veio para aumentar o acesso à educação superior e melhorar a vida das pessoas. Destaca-se ainda que ocorrem dificuldades comuns reveladas por eles, dentre as quais a carência de internet de qualidade e falta de apoio quanto a manutenção do polo com os gestores municipais. Estes resultados demonstram a efetiva contribuição da Educação a Distância, tanto na formação dos egressos quanto para o desenvolvimento local e regional, e mostram que este é um campo ainda aberto a novas investigações.

Palavras chave: Desenvolvimento. Política Pública. Educação a Distância.

Abstract. This article aims to identify the Distance Education contributions as policy of expansion and democratization of higher education, under the focus of the view of Coordinators of Presential Support and Tutors and observe the contributions of the expansion of distance education courses for regional and local development in the states of Bahia and Pernambuco. To carry out this investigation, were selected four poles, located in the cities of Juazeiro / BA, Pintadas / BA, Ouricuri /PE and Trindade /PE. To collect data, we used the qualitative approach analysis. For the data collection process, it proceeded to the interviews with Pole Coordinators and Presential and Distant Tutors in the selected poles. In addition to these interviews, we used the survey of documentation and files (documents, spreadsheets and printed and digital records) of the Secretary of Distance Education of UNIVASF, in order to verify the locations and poles of graduates and locate Coordinators and Tutors. After this phase of collection, proceeded to the transcription of the interviews and document comparison, followed by analysis of collected data. Among the results, it highlights that the coordinators agreed that Distance Education has come to increase access to higher education and improving the lives of people. it stands out that still occur common difficulties revealed by them, among which the internet lack of quality and lack of support about the Pole maintenance with city managers. These results demonstrate the effective contribution of Distance Education, both in the training of graduates and for the local and regional development and show that this is a field still open to further investigations.

Keywords: Development. Public policy. Distance Education.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a Educação a distância (EaD) como Política Pública de Promoção e Democratização do Ensino Superior, destacando as contribuições da modalidade para o desenvolvimento

local e regional, tendo como unidade de análise os cursos ofertados pela Secretaria de Educação a Distância (SEaD) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf).

A expansão e a democratização da educação superior integram os eixos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), política criada pelo Ministério da Educação (MEC), em 2005, por meio de parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e Empresas Estatais (CAPES, 2016). Como política educacional, a UAB visa à expansão da educação superior no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) por meio da articulação entre a Secretaria de Educação a Distância (SEED), do MEC e a Diretoria de Educação a Distância (DED) da CAPES. A Ênfase do Sistema UAB é para as políticas e a Gestão da Educação Superior. Isso significa que se trata de uma política de incentivo e de expansão da Educação a Distância no Brasil.

Essas ações do Estado são importantes e promovem o acesso ao ensino superior de forma mais justa e igualitária. Nesta direção, com os avanços tecnológicos de magnitudes nunca vistas anteriormente, a educação a distância (EaD) surge como uma possibilidade de acesso à educação. Graças à utilização de ferramentas oriundas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), propicia acesso e compartilhamento de informações nas mais diversas formas, a partir de qualquer lugar e tempo, conforme apontam Souza, Gomes e Moreira (2014).

Desta maneira, como forma de democratizar o ensino superior no Brasil, a EaD vem crescendo expressivamente nos últimos anos, colaborando para que a educação nível superior seja cada vez mais acessível, possibilitando o aumento de vagas, avançando na questão do acesso e, ainda, interiorizando as Instituições de Ensino Superior (IES) em praticamente todo território nacional, conforme afirma Borges (2015).

Neste contexto, pretende-se responder a seguinte questão norteadora: quais as contribuições da Educação a Distância como política de expansão e democratização do ensino superior para o desenvolvimento regional e local, tendo como base os cursos do Programa PNAP ofertados pela UNIVASF?

Espera-se que os resultados encontrados possam impactar a promoção e discussão sobre cursos de educação a distância como forma de promover o acesso à educação superior em todas as regiões do país e, de modo especial no semiárido nordestino, identificando os propósitos da política educacional estudada e a visão dos atores sobre a resposta dessa política às demandas locais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para o alcance dos objetivos desta pesquisa, apresenta-se o referencial teórico com base nos conceitos de desenvolvimento territorial, políticas públicas, perpassando pela Política Educacional promovida pela Universidade Aberta do Brasil e, educação a distância.

Desenvolvimento Territorial

Claudino de Sá (2013), diante da polêmica em relação ao termo desenvolvimento e dos vários adjetivos que o caracterizam: humano, sustentável, econômico, territorial, local, local sustentável, endógeno, holístico etc, considera que não existe um padrão a ser alcançado, existindo, contudo, valores universais, tais como liberdade, acesso à saúde e à alimentação, moradia e educação. Nesse sentido, indicadores de políticas educacionais e suas contribuições para o público alcançado podem sugerir o que se espera do desenvolvimento.

O desenvolvimento territorial tem como pressuposto o reconhecimento político da necessidade de integração aos processos gerais do desenvolvimento nacional e macrorregional dos espaços e das populações, marginalizados ou excluídos, por meio da valorização dos recursos naturais, sociais e culturais de cada território, sejam eles ou não associados às atividades agrícolas WANDERLEY (2000).

Sobre o desenvolvimento territorial, é importante destacar a valorização da participação social para as decisões que envolvem a implementação de políticas públicas. Neste cenário, os anos de 1980, foram marcados por lutas pela democratização, sendo os movimentos sociais propulsores deste processo, o qual contribuiu fortemente para proliferação de conselhos (saúde, educação, desenvolvimento, dentre outros), promovendo o debate sobre a gestão democrática das políticas públicas (LEITE, MEDEIROS; DIAS, 2011).

No mesmo sentido, Ivo (2012) considera relevante a agenda social do desenvolvimento, tendo em vista o papel decisivo do Estado na distribuição e no enfrentamento da dimensão estruturante e qualificada de inserção pelo mercado de trabalho e na proteção sustentada em direitos sociais, ou na regulação das relações

não mercantis (base de que tratam as políticas sociais). Esse apoio institucional, bem como as parcerias estabelecidas com instituições locais, surge para o atendimento às novas demandas e para a conquista de novos espaços, contribuindo para o desenvolvimento territorial (ROCHA, 2008; OLIVEIRA, 2003).

Nascimento (2018) considera relevante a expansão e interiorização da rede federal de universidades, uma vez que estas são vetores do desenvolvimento territorial ao proporcionar às pessoas o acesso à educação superior pública e de qualidade em suas próprias regiões, potencializando o crescimento profissional.

Políticas Públicas

A sociedade se constitui da diferenciação social e seus membros possuem características diversas (idade, sexo, religião, estado civil, escolaridade, renda, setor de atuação profissional etc.), como também carregam ideias, valores, interesses e aspirações diversas e desempenham papéis diferentes no decorrer da sua existência. Neste sentido, esta diferenciação traz certa complexidade à vida em sociedade, decorrente das interações sociais, provocando até competição e conflito de interesses, conforme afirma Rua (2009).

De acordo com Brezinski (2011), o resgate de conceitos e a essência da política remetem a questionamentos sobre qual a importância das políticas públicas para o desenvolvimento da sociedade e como estas podem afetar os cidadãos. As políticas públicas são resultantes da ação do Estado e representam o interesse público. Segundo a mesma autora, trata-se do reconhecimento dos interesses e necessidades da sociedade, resultado de um processo de decisão política e garantidos pelo instrumento legal.

Sobre a definição de política pública, Howlett, Ramesh e Perl (2013, p. 6):

Numerosas definições de "política pública" tentam captar a ideia de que a policy-making é um processo técnico-político que visa definir e compatibilizar objetivos e meios entre atores sociais sujeitos a restrições. Essas definições postulam que as políticas são ações intencionais de governos que contêm tanto algum ou alguns objetivos articulados, por mais que esses objetivos tenham sido precariamente identificados, justificados e formulados, quanto alguns meios para alcançá-los, de novo, independentemente de quão bem ou mal interligados estejam estes meios ao(s) objetivo(s).

Assim, política pública envolve um conjunto de processos, decisões e ações quanto à alocação de recursos, que reúnem diferentes atores e concentram esforços, utilizados pelos governos com vistas a mudar uma realidade, promover o desenvolvimento, efetivar direitos e atender necessidades público-sociais (PALUDO, 2016).

No tocante a políticas sociais, o crescente aumento dos investimentos, aliado à ação reguladora do Estado, proporciona a diminuição da desigualdade, bem como alavanca o aumento da demanda interna, estimulando a economia. Assim, acontece um círculo virtuoso em que a justiça social promove o crescimento econômico e vice-versa (MADEIRA; CASTRO; OLIVEIRA, 2014).

A POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

O Decreto nº 5.622/ 2005 foi revogado pelo Decreto de número 9.057/2017, no qual consta que a Educação a Distância é considerada:

a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017).

É salutar apresentarmos também o Decreto nº 5.800 de 08 de junho de 2006, que institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) como: “voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País” (BRASIL, 2006).

São objetivos do Sistema UAB:

- I. oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II. oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III. oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV. ampliar o acesso à educação superior pública;
- V. reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

- VI. estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII. fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Os Polos de Apoio Presencial são definidos no Decreto n.º 5.800/2006, art. 2º, § 1º, como uma “unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior” (BRASIL, 2006).

Neste contexto, o Sistema UAB desempenha um importante papel no desenvolvimento, uma vez que possibilita a correção de assimetrias de cunho regional, reforçando a necessidade de ampliação dos investimentos nas regiões que historicamente foram preteridas em razão de um dado modelo de desenvolvimento, promovendo assim o acesso destas populações às políticas públicas, e especialmente, ao ensino superior (MATOS, 2014).

Nesse sentido, o Polo de Apoio Presencial do sistema UAB é fundamental para o funcionamento da EaD, constituindo-se uma unidade operacional das IES na cidade do estudante ou mais próxima dele e é onde acontecem os encontros presenciais, o acompanhamento e orientação para os estudos, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais (SILVA et al., 2010).

Apontados os principais documentos que regulamentam a Educação a Distância e o Sistema UAB, vale ressaltar que ambos se referem a importantes políticas nacionais, pois visam possibilitar que o ensino superior chegue a lugares distantes por meio dos Polos de apoio presencial, e deste modo, permitindo a descentralização das oportunidades educacionais e, conseqüentemente, contribuindo para a democratização do acesso. Entretanto, sobre a questão de democratizar o ingresso ao ensino superior, Silva (2015, p. 59) pondera:

representa um desafio muito grande para o país, uma vez que são muitos os fatores que colaboram para dificultar essa democratização, principalmente quando se pensa na extensão territorial do Brasil e nas diferenças regionais e econômicas. É necessário que a expansão do ensino superior agregue não apenas mais alunos, mas seja uma oportunidade de equidade entre as regiões e de acesso das classes historicamente excluídas desse nível de ensino a uma formação que realmente atenda às necessidades de melhoria da educação brasileira.

Nesta direção, Pinto e Gomes (2018, p.12) consideram a EaD como uma ferramenta catalizadora da expansão e democratização do acesso à Educação Superior:

A expansão ocorrida revela que a EaD veio para ficar. O desafio da qualidade do ensino só será garantido se houver investimento em ações de monitoramento e avaliação. Além disso, consideram-se relevantes ações e políticas assertivas que promovam a democratização da Educação Superior com qualidade.

Assim sendo, a EaD vem crescendo cada vez mais no cenário educacional, ganhando espaço e comprovando, diante das estatísticas, a sua eficiência tanto qualitativa quanto quantitativamente, expandindo vagas e democratizando o ensino superior (BORGES,2015).

CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A EAD NA UNIVASF

Educação a distância (EaD) consiste na ideia de que alunos e professores estão em locais diferentes durante todo ou grande parte do tempo em que aprendem e ensinam, munidos de algum tipo de tecnologia que lhes permitem interação (MOORE e KEARSLEY, 2008, p. 1). Deste modo, corroboram os autores com a definição para a terminologia:

é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais (MOORE e KEARSLEY, 2008, p. 2).

Na contemporaneidade, a EaD se caracteriza pela distância espaço-temporal entre professor e aluno e pela existência da tecnologia e de meios eletrônicos para a distribuição dos conteúdos educacionais (VIEIRA, 2018, p. 40). Para a autora, o conceito de educação à distância se refere:

a uma distância espaço temporal, porém não como uma simples separação geográfica entre alunos e professores, mas ressaltando as relações e vínculos psicopedagógicos estabelecidos no espaço comunicacional da EaD. No processo ensino-aprendizagem o conceito da "distância" ou o de

"proximidade", pode ser mais útil, se concebido em termos de suas variáveis psicológicas e pedagógicas e não sob os fatores geográficos e tecnológicos. Dessa forma, na distância transacional o que importa são as relações pedagógicas e psicológicas que se estabelecem na EaD, não a distância física e temporal entre professor e aluno, ou entre os alunos.

Cassundé (2015) aponta que dentre as relevâncias da modalidade EaD, podem ser percebidas a adequação cultural e ambiental, principalmente para a capacitação de colaboradores nas organizações, bem como a utilização da modalidade para treinamentos, o que permite um aumento do interesse dos colaboradores em tal processo, tendo em vista a abrangência de um grande número de pessoas ao mesmo tempo e em diferentes locais. Somado a isso, a modalidade conta com um aprendizado disponível a qualquer momento, e tem como principal benefício à redução de custo e flexibilidade de horários para o aluno; além do fato do diploma não diferir da modalidade presencial.

A EaD se configura como uma oportunidade de qualificação e requalificação, possibilitando abertura de novos caminhos mesmo para quem já tenha escolhido uma carreira e deseja mudar, e se apresenta como uma excelente alternativa para a formação continuada de professores (PORTO, NEVES, MACHADO, 2012), também possibilita a realização das atividades acadêmicas sem prejuízos às atividades de trabalho (RODRIGUES, 2016).

A EaD e a utilização das tecnologias de informação e comunicação permitem às pessoas encontrar, na sala de aula virtual, uma possibilidade de completar suas necessidades de aprendizagem, considerando a flexibilidade dos horários e conveniências ao perfil do aluno que trabalha, que tem família e outras obrigações (BRITTO et al., 2016).

No contexto do sistema UAB, a Univasf começou a ofertar cursos na modalidade EaD em 2012, iniciando com cursos de Formação Pedagógica e avançando com cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Desse modo, a instituição vem possibilitando a formação de muitas pessoas e contribuindo para diminuir desigualdades sociais ao capacitar profissionais, independentemente de questões geográficas ou financeiras, em parceria com os Polos de apoio presencial, aprovados pela CAPES, promovendo, assim, a expansão e a interiorização da educação superior no Brasil, metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).

A Secretaria de Educação a Distância é um órgão complementar a Reitoria da universidade, e foi criada através da portaria nº 363, de 27 de abril de 2010, com as atribuições de fomentar e apoiar na produção de material, capacitar pessoal (tutores, professores, coordenadores de curso e coordenadores de Polos), oferecer suporte à atividade de tutoria e supervisão nos Polos de Apoio Presencial dos cursos de graduação, extensão e pós-graduação aprovados.

Dentre os cursos ofertados pela SEAD estão os cursos do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), foco desta pesquisa, composto de um Bacharelado em Administração Pública, e três cursos de especialização: em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde. O PNAP foi criado através de parcerias com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), o Conselho Federal de Administração e a Fundação Osvaldo Cruz, com cursos de especialização voltados para a formação de quadro de gestores para a Administração Pública em todo o país.

O estudo de Farias (2009) reflete sobre a capacidade do programa PNAP de influenciar a cultura política das cidades, pela capacidade transformadora do processo educacional sobre o espaço humano, mais particularmente, sobre a cidade, possibilitando ainda perceber a expectativa pela melhoria da qualidade do gestor e o possível impacto da eficiência gerencial sobre o município.

Vale destacar que, em se tratando de EaD, existe muito preconceito envolvido e desafios. Alguns autores criticam a modalidade, mesmo assim, com todos os problemas e dificuldades, a EaD tem desempenhado seu papel no processo de expansão e democratização do acesso ao restrito ensino superior brasileiro (BORGES, 2015).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados neste artigo, bem como na pesquisa que lhe serve de fundamento, envolveram entrevistas e aplicação de questionários. Levantamento este, realizado junto aos professores, coordenadores de polos e tutores. Envolveu também a Análise Documental no sentido de entender o processo de institucionalização da EaD em uma Universidade Federal no interior do nordeste brasileiro. Assim, serviram de base metodológica, os trabalhos expostos no quadro 01.

Quadro 1: Trabalhos que serviram de base metodológica para este artigo.

Autor (es)	Ênfase	Metodologia	Ano de Publicação
França Neto	Condições de Trabalho do Tutor	Pesquisa bibliográfica e documental	2016
Chagas	Avaliação de Curso na Modalidade EaD	Análise Documental e Análise de Conteúdo	2017
Vieira	Trabalho do tutor	Estudo Documental das Políticas Públicas para formação de Professores	2019
PETTER	Institucionalização da modalidade na UFMT	Análise documental, registros em arquivo e entrevistas semiestruturadas.	2019
Domingues	Interiorização da educação à distância nas instituições públicas encontradas no estado de Mato Grosso do Sul	Pesquisa bibliográfica; pesquisa documental e análise qualiquantitativa.	2019

Fonte: Levantamento feito pelos autores deste artigo

Com o intuito de desenvolver a investigação foi utilizada a abordagem de natureza qualitativa, de caráter descritivo.

A pesquisa qualitativa trabalha com variáveis de natureza Nominal ou Ordinal. Assim sendo, existe um universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, ou seja, fenômenos humanos que compõem a realidade social (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2010).

A coleta de dados ocorreu através de consultas nos arquivos da instituição, documentação (documental) e entrevista.

A primeira fase da investigação consistiu no aprofundamento teórico da temática em estudo, por meio da pesquisa bibliográfica, cuja característica principal é o fato de que o campo onde é realizada a coleta dos dados é a própria bibliografia sobre o tema ou o objeto que se pretende investigar (TOZONI-REIS, 2009; DOMINGUES, 2019). A pesquisa bibliográfica e documental foi sobre temas ligados ao desenvolvimento, políticas públicas, Educação a Distância, e o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

Na segunda fase da pesquisa, foi utilizada como técnica de coleta a entrevista (semiestruturada), estratégia mais utilizada no processo de trabalho de campo e tem por objetivo construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2010; PETTER, 2019).

As entrevistas foram realizadas com gestores e tutores presenciais de quatro Polos de Apoio Presencial onde os cursos do PNAP estão inseridos (Polos de Juazeiro e Pintadas, no estado da Bahia, Ouricuri e Trindade no estado de Pernambuco), a fim de conhecer as implicações para implementação da política de expansão, bem como as contribuições para o desenvolvimento local e regional.

Os entrevistados foram selecionados, por atuarem diretamente nas localidades onde os egressos estão inseridos, sendo conhecedores dos fatores de sucesso e de dificuldades alcançados na oferta dos cursos EaD, especialmente do programa PNAP. Tais Polos foram escolhidos por envolverem maior quantidade de egressos, como é o caso dos Polos de Juazeiro e Ouricuri; e por se tratarem de municípios de pequeno porte e distantes, geograficamente, como os Polos de Pintadas e Trindade.

As entrevistas aconteceram no período de 05 de fevereiro a 01 de março de 2019, por meio de gravação, instrumento mais usual que garante a fidedignidade (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2010), assim como utilização do recurso de webconferência.

Todos os participantes manifestaram o interesse por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, oportunidade onde foi garantida a preservação dos dados obtidos e do anonimato dos respondentes, bem como informado os riscos e benefícios com a participação.

Os aspectos éticos da pesquisa foram apreciados pelo Comitê de Ética em Pesquisas da Univasf, conforme Parecer consubstanciado de número 2.850.873, conclusivo à aprovação, disponível na Plataforma Brasil.

As informações obtidas por meio de entrevistas foram interpretadas com a utilização da análise de conteúdo (BARDIN, 2006), técnica que admite tanto abordagem quantitativa como a qualitativa ou a combinação das duas. Segundo Bardin (2006, p. 38) a análise de conteúdo é:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou

não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”.

Bardin (2006) refere-se a três etapas que compõem a execução da análise de conteúdo: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise é a fase de organização que começa com a realização de uma “leitura flutuante”, aberta a ideias e reflexões, permitindo situar certo número de observações formuláveis a título de hipóteses provisórias e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação.

Na terceira etapa da pesquisa (exploração do material), os dados são codificados a partir das unidades de registro. Na última etapa, os dados são classificados em temas principais, resultantes do agrupamento progressivo dos elementos durante a realização das etapas de pré-análise e de exploração do material.

Assim, foi realizada a categorização (classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características comuns) (FRANÇA NETO 2017; CHAGAS, 2017 E VIEIRA, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar os depoimentos dos Coordenadores de Polo e Tutores Presenciais, percebe-se a relevância da expansão de cursos EaD para o desenvolvimento das localidades onde os cursos do PNAP/Univasf estão inseridos, e como ela se relaciona com a oportunidade de acesso ao Ensino superior.

Os trechos das entrevistas que seguem descrevem este contexto.

Eu considero de grande importância, principalmente, para as comunidades mais interioranas. Nós temos uma história da educação brasileira meio elitizada até pouco tempo, onde só quem tinha condição financeira conseguia acessar as universidades, e a EaD vem facilitar este acesso e abrir caminhos para o acesso das pessoas que não gozam de uma situação financeira suficiente para ir para os grandes centros. (Coordenador de Polo)

E quando tudo passou a ser menos mercadológico, então eu acreditei que era verdade, e que era uma política de acesso, sem igual, porque você consegue promover uma maior condição de acesso e de reparação social, inclusive, porque o aluno da EaD não é o mesmo aluno do presencial. (Coordenadora de Polo)

A realidade brasileira de acesso às universidades públicas, cerca de 20 anos atrás, contemplava poucos beneficiados no processo educacional, principalmente as pessoas que residiam nos grandes centros urbanos. Esse cenário tem mudado graças à implementação de algumas políticas públicas de inclusão, dentre elas a Educação a Distância, que vem promovendo justiça social, colaborando para que a educação nível superior seja cada vez mais acessível, possibilitando o aumento de vagas, avançando na questão do acesso e, ainda, interiorizando as Instituições de Ensino Superior (IES) em praticamente todo território nacional, conforme afirma Borges (2015).

Chama a atenção também o fato desta política de expansão do ensino superior estar atrelada a um elemento muito importante: a qualidade do ensino. A EaD tem crescido em ritmo acelerado no Brasil e as Universidades públicas começaram a imprimir este atributo e até mesmo se diferenciam diante da vasta oferta de cursos de nível superior, oriundas da iniciativa privada.

É possível perceber isso na fala que se segue:

A EaD vem não só para aumentar a quantidade de acessos, e não é nada só de número, é de qualidade também, é qualidade de vida para o aluno que se dispõe a fazer isso. Então, não é só você dizer assim: houve um alargamento na oferta do ensino superior, em nível de número, não é só isso. (Coordenadora de Polo)

Neste sentido, corroboram os autores Madureira (2015), Silva (2015), Pinto e Gomes (2018) sobre o desempenho importante das universidades, por meio da pesquisa e do desenvolvimento de novas técnicas de organização e de produção, tendo em vista que a expansão do ensino superior deve contemplar uma formação que realmente atenda às necessidades de melhoria da educação brasileira, através de relevantes ações e políticas assertivas que promovam a democratização da Educação Superior com qualidade.

É importante salientar que a expansão desta política possibilita a dimensão da inclusão social. Podemos perceber estes aspectos através da fala do entrevistado.

[...] houve não só o aumento dos números, mas, da condição de entrada das pessoas que tiveram negado o direito de acesso à educação superior. Então, por exemplo, não é o garoto de 19, de 22 anos, que tem família estável, que não precisa trabalhar durante o dia, e ainda não é pai de família, que faz a escolha pela educação a distância. Quem faz a escolha pela educação a distância, são as pessoas que tiveram estes direitos negados e que o tempo de vida não foi equivalente ao tempo de

estudo em função das condições necessárias para sobrevivência, então, são estas pessoas que estão tendo acesso agora. (Coordenadora de Polo)

A EaD trata-se de uma modalidade de ensino favorável à redução das desigualdades de oferta de ensino superior (BRASIL, 2006), pois utiliza perspectivas pedagógicas contemporâneas, graças a adoção das TIC's, além de promover o respeito a individualidades, como forma de inserção social, com a quebra de barreiras geográficas, temporais e financeira. Isso, graças aos avanços tecnológicos de magnitudes nunca vistas anteriormente, a educação a distância (EaD) surge como uma possibilidade de acesso a educação, tendo em vista à utilização de ferramentas oriundas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), propiciando acesso e compartilhamento de informações nas mais diversas formas, a partir de qualquer lugar e tempo, conforme apontam Souza, Gomes e Moreira (2014).

Assim, percebe-se a relevância da implementação dos programas na modalidade EaD, por meio do Sistema UAB, sobretudo para os pequenos municípios. Os programas no âmbito do sistema UAB contemplam uma diversidade de atores, consideram as demandas locais, e possibilitam o ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros que não possuem cursos de formação superior ou cujos cursos ofertados são insuficientes para atender a todos os cidadãos (SANTOS, 2016). Ela refere-se a uma importante política de governo capaz de mudar a realidade educacional brasileira.

A importância desta política educacional está expressa na fala:

O Programa da Universidade Aberta do Brasil, eu entendo que foi um achado, em nível de política de expansão de oferta de curso de nível superior, especialmente quando ele veio, a partir de uma política pública, ou seja, quando o berço é uma política pública, e é a universidade pública que abraça isso, eu tenho a tendência a acreditar mais, por conta do controle de qualidade que o serviço público faz e tem ao longo dos anos, e que se foi construindo. Então eu acredito no profissional, que é da rede pública, eu acredito na instituição pública. (Coordenadora de Polo)

Desta forma, colabora Paludo (2016) quando afirma que política pública envolve um conjunto de processos, decisões e ações quanto à alocação de recursos, que reúnem diferentes atores e concentram esforços, utilizados pelos governos com vistas a mudar uma realidade, promover o desenvolvimento, efetivar direitos e atender a necessidades público-sociais. O sistema UAB possibilita a correção de desigualdades de cunho regional e reforça a necessidade de ampliação dos investimentos nas regiões que historicamente foram preteridas em razão de um dado modelo de desenvolvimento (MATOS, 2014).

Sobre o Programa PNAP, sua importância pode ser verificada principalmente quando a Gestão Pública ocorre em função das indicações políticas, sobrepondo muitas vezes ao conhecimento técnico, tão necessário para o exercício do cargo.

No trecho a seguir podemos perceber este fato.

[...] devido a nossa gestão pública ser muito desqualificada, tecnicamente. Há muita carência, nas gestões municipais, porque é feito muito estes acordos políticos na época eleitoral, e quando assume o governo, acaba-se colocando pessoas não capacitadas para gerir a administração pública. (Tutor Presencial)

Contrapondo a isso, podemos observar os objetivos do PNAP, através do Edital da Capes nº 01, de 27 de abril de 2009:

(i) capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos; (ii) capacitar profissionais com formação adequada para intervirem na realidade social, política e econômica; (iii) contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal; (iv) contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

Vale destacar a importância da oferta dos cursos do PNAP, principalmente para os municípios longínquos e carentes de uma eficiente gestão pública, possibilitando impactar na eficiência gerencial do município, conforme apontado nos estudos de Farias (2009). Isso reflete positivamente na qualificação profissional, sendo capaz de mudar a realidade local e regional.

Essa capacidade transformadora do processo educacional sobre o espaço humano, mais particularmente, sobre a cidade, pode ser identificada no trecho da fala do entrevistado:

O benefício, vem principalmente, pela qualificação, porque a maioria destas pessoas que fazem estes cursos, principalmente, os de pós-graduação, como é o caso de Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, são pessoas ligadas ao estado, ao município, eles já são prestadores de serviços

destes entes federativos. E aí, de uma forma eles conseguem se especializar, ainda mais, se qualificar mais, para prestar um serviço de melhor qualidade para a população. (Tutora Presencial)

Estas qualificações apontadas através do depoimento acima refletem na nas contribuições dos cursos do PNAP para o desenvolvimento da região onde o Polo está inserido. Isso pode ser observado a partir da fala do entrevistado.

Dá pra perceber que houve um grande avanço, inclusive eles têm me procurado para elogiar pelo curso que a gente ofertou porque ajudou na sua formação, ajudou no seu conhecimento, tem contribuído com a prática, principalmente, no atendimento da população. Agora, também contribui para o desenvolvimento, porque a partir do momento que as pessoas estão mais qualificadas, receberam a formação acadêmica mais sistêmica, mais especializada, é a população que ganha, são as pessoas, os usuários dos serviços que são os principais beneficiados deste processo educacional. Então, eu diria que de modo geral, a EaD e a implantação do Polo aqui, trouxe desenvolvimento, principalmente na área de educação, mas também na área de saúde, foi um grande propulsor. (Coordenador de Polo)

Desta forma, oferta dos cursos EaD trouxe impacto para o desenvolvimento dos municípios. Os entrevistados reconheceram a relevância desta política para o desenvolvimento de suas regiões, principalmente pela melhoria da qualidade da educação.

Elevou o nome do município, mais forte para dentro das instituições de ensino superior e também para outros espaços, porque quando você chega com ensino superior, você abre novos horizontes, e este reconhecimento ele vem do todo. (Coordenador de Polo)

Ofertando cursos para a maioria da população, então você está qualificando mais e melhor, maior parte da população, assim, você vai ajudar aquelas pessoas a conseguirem empregos melhores e vai gerar mais renda, vai gerar mais impostos, e vai gerar mais renda para o município (Tutora Presencial)

Na direção do desenvolvimento regional, pela educação, através da oferta de cursos EaD, especialmente dos cursos do PNAP, Farias (2009, p.55) destacou que “a gestão universitária tem a possibilidade de recuperar parte relevante de seu papel, talvez sua missão mais importante: a responsabilidade social pelo desenvolvimento sócio-educacional regional”.

Entretanto, sobre os fatores limitantes (dificuldades) na implementação dos cursos, emergiram da leitura das falas dos entrevistados a questão da dificuldade de internet.

Existe uma dificuldade, mas, digamos assim, ela é geral, não é só da EaD aqui em Ouricuri, que é a estrutura. No Brasil, nossa estrutura ainda é pobre, de internet, não em quantidade, mas, em qualidade. (Tutor Presencial)

Um dos fatores que limitantes é a internet. A internet que nós temos não é de boa qualidade e isso traz algumas dificuldades. (Coordenadora de Polo)

De acordo com Souza (2015, p. 3), o objetivo dos Polos é oferecer o espaço físico de apoio presencial aos alunos da sua região, mantendo as instalações físicas necessárias para atender aos alunos em questões tecnológicas, de laboratório, de biblioteca, entre outras.

O autor enfatiza que o acesso à internet em vários lugares ainda é precário, mas reforça que este aspecto tem grande importância, uma vez que o Polo é o local que os acadêmicos matriculados nos cursos na modalidade a distância têm acesso ao ambiente virtual com maior facilidade. Isso garante qualidade nas ações previstas pelos cursos, como a realização de atividades presenciais que demandam certa estrutura do Polo, inclusive internet de qualidade.

Foi verificado que os respondentes, especialmente os coordenadores de Polo, estão inseridos na mobilização e na articulação para ampliação da oferta de novos cursos. Seguem as falas:

Atualmente, praticamente a gente está estagnado, pois os cursos que foram adquiridos antes estão em andamento, e eu não ouvi falar mais em cursos novos. Eu não sei te dizer bem o que pode ter ocorrido, mas, vejo que o que tem atrapalhado é esta busca por novos cursos, e abertura de novas vagas. (Tutora Presencial)

A gente se preocupa com a articulação. Então, eu não fico aqui sentadinha, atendendo os alunos, os tutores e todas as demandas, sem pensar na projeção do Polo. No sentido de: quantos cursos eu tenho hoje no Polo? Quantos são de graduação? Estes cursos de graduação vão durar quanto tempo? Quantas pós-graduações e vão durar quanto tempo? (Coordenadora de Polo)

As falas remetem a uma preocupação quanto à continuidade das atividades pelos Polos, tendo em vista que no início da implantação da política EaD havia a oferta de muitos cursos, sendo que esta realidade tem mudado. Assim, a cada dia menos cursos são oferecidos nas regiões contempladas pelos Polos. Isso deve-

se à escassez de recursos ora enfrentada pela CAPES/MEC, que tem impactado sobremaneira a implementação de novos cursos e, conseqüentemente, refletindo na realidade dos Polos de Apoio Presencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar as contribuições da Educação a Distância como política de expansão e democratização do ensino superior para o desenvolvimento regional e local, tendo como base os cursos do Programa PNAP ofertados pela Univasf. Pesquisas e artigos publicados já analisaram o Programa PNAP avaliando-o em diferentes vieses e perspectivas. Rodrigues (2016, pp. 19-20) apresenta um levantamento dessa temática nos últimos anos, bem como, elenca as principais variáveis envolvidas nas pesquisas sobre o PNAP.

Os dados qualitativos apontaram para a democratização do acesso ao ensino superior, sobretudo para as comunidades interioranas, refletindo na inclusão social, uma vez que a EaD vem abrir caminhos e oportunidades de qualificação e capacitação, com qualidade, tendo em vista o envolvimento das universidades públicas nesse processo, gerando mais confiabilidade para os beneficiários. Esse resultado vem em consonância com o trabalho de Hernandes (2017) que demonstra que a EaD via UAB é muito mais impactante na interiorização do Ensino Superior do que as formas tradicionais de educação a distância até então utilizadas no país (TV, Rádio, Cursos por Correspondência, etc).

Ainda, destaca-se a importância do Sistema UAB para as comunidades onde os Polos de Apoio Presencial estão inseridos. Trata-se de uma política que possibilita o acesso e inclui muitas pessoas ao processo educacional, e para os municípios pequenos e longínquos é uma oportunidade sem igual, pois o sujeito tem a possibilidade de estudar um curso de nível superior na própria localidade, ou seja, o local se constitui como potencial de desenvolvimento. Entretanto, Cerny et al (2012, p.98) afirmam que “neste contexto, os Municípios assumem, além daquilo que lhes compete, o ensino superior por meio dos polos da EaD/UAB”. Ou seja, os municípios passam a ter mais responsabilidade e sobrecarga de trabalho.

Apesar da importância destacada do Polo de apoio presencial, a dificuldade de internet foi apontada como um entrave pelos entrevistados como um problema que dificulta a realização das ações previstas para os cursos. Mesmo assim, foi reconhecido o impacto positivo dos cursos EaD para o desenvolvimento dos municípios, com o fortalecimento das instituições de ensino superior, com o acesso e democratização do ensino, a questão da qualificação e do avanço na educação das regiões pesquisadas.

Entretanto, vale a refletir sobre a importância da política EaD e sobre os rumos que ela tem tomado nos últimos anos, uma vez que a conjuntura política e econômica do Brasil passa por um momento delicado de crise, refletindo no contingenciamento de recursos, especialmente, na área da educação. Esse ponto foi percebido nas falas dos entrevistados, principalmente dos coordenadores de Polo de Apoio Presencial, pois a cada dia menos cursos são ofertados, aumentando ainda a demanda por formação. Arruda (2016, p. 117) chama atenção para esse grande dilema que é a questão do financiamento da EaD, tal qual discorremos nesse artigo. Para este autor, e também para nós neste artigo, “enquanto subsistir o discurso técnico, sobreviverá o entendimento de que EaD só deve ser implementada se houver redução drástica de investimentos, pois o discurso do mercado é o de que toda nova tecnologia tem custo reduzido e amplificação de uso e acesso”. Assim, como Pimenta (2018) defende-se aqui, que Educação a Distância, se faz com recursos financeiros, tecnológicos e investimentos continuados em aquisição (matérias e equipamentos) e capacitação de pessoas. Por fim, não acaba aqui o estudo sobre esta temática. Frente aos resultados da pesquisa, é possível olhar para o processo de implementação de políticas públicas (aqui a educação a distância) e analisar seus impactos e desdobramentos, considerando seu contexto histórico.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Eucídio Pimenta. **Políticas públicas em EaD no Brasil: marcas da técnica e lacunas educacionais**. Inc.Soc., Brasília, DF, v.10 n.1, p.105-118, jul./dez. 2016.
- BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trad.). Lisboa: Edições 70 (Obra original publicada em 1977).
- BORGES, Felipe A. F.. **A EaD no Brasil e o Processo de Democratização do Acesso ao Ensino Superior: Diálogos Possíveis**. EAD em Foco, v. 5, p. 75-94, 2015.
- BRASIL. Decreto 5.800 de 08 de junho de 2006. **Dispõe sobre o sistema Universidade aberta do Brasil – UAB**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>. Acesso em 05 abr. 2017.

- BRASIL. Decreto 9.057 de 25 de maio de 2017. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm>. Acesso em 21 out. 2018.
- BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em 01 nov. 2018.
- BREZINSKI, M. A. S. **O novo modelo para a Educação Profissional e Tecnológica e a Avaliação Institucional: Efeitos das Políticas Públicas sobre a configuração do Instituto Federal de Santa Catarina.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- BRITTO, L. C. MINCIOTTI, S. A. CRISPIM, S. F. ZANELLA, W. **Motivos da Escolha da Educação a Distância: O Aluno como consumidor.** RAIMED - Revista de Administração IMED, 6(2): 206-220, jul./dez. 2016. Disponível em:<<https://seer.imed.edu.br/index.php/raimed/article/viewFile/1373/1084>>. Acesso em: 09 abr. 2019.
- CASSUNDÉ, F. R. S. A. **Desenvolvimento de E-competências para o Ensino na EAD e a Influência das Condições Institucionais:** um Estudo em uma IES Federal. 2015. 182 f. Tese (Doutorado em Administração). UFPE, Recife, 2015.
- CLAUDINO DE SÁ, Vinícius. **A institucionalização do desenvolvimento na perspectiva das organizações:** um estudo de caso no Seridó/RN. 2013. 185 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural). UFSM, 2013.
- CERNY, R. Z. et al. UAB: democratização do ensino superior público ou reprodução das desigualdades? Revista Entreideias, Salvador, v. 1, n. 2, p. 87-106, jul.-dez. 2012.
- EDITAL Nº 01, DE 27 DE ABRIL DE 2009. Programa Nacional de Formação em Administração Pública no Âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: < https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/EDITAL_N1_PNAP_DED_CAPES_2009.pdf>. Acesso em 21 out. 2018.
- FARIAS, WILLIAM JOBIM. **PROJETO PNAP: visões das ações de inclusão no Maranhão.** 2009. Dissertação (Mestrado em Administração). FGV, São Luís, 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7732/WILIAN%20JOBIM.pdf?sequence=1>. Acesso em 16 nov. 2018.
- HERNANDES, Paulo Romualdo. **A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do Ensino Superior público.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ. v. 25, n. 95, p. 283-307, maio de 2017.
- HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Política Pública:** seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- IVO, Anete B. L. (2012), **O paradigma do desenvolvimento:** do mito fundador ao novo desenvolvimento. CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, Maio/Ago. 2012.
- LEITE, Sérgio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo; DIAS, Marcelo Miná. Introdução. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil.** Brasília: IICA, 2011 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.14).
- MADEIRA, Mori Lígia; CASTRO, Jorge Abrahão; OLIVEIRA, Márcio Gimene. Políticas Públicas e Desenvolvimento. **Avaliação de Políticas Públicas.** (Org.). Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. 254 p. ; il. (Capacidade Estatal e Democracia).
- MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata. Desenvolvimento Regional: Principais Teorias. Revista **Thêma et Scientia** – Vol. 5, no 2, jul/dez 2015
- MATOS, Norma Gonzaga de. **A Universidade Aberta do Brasil na Bahia: educação a distância e a formação de professores.** 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância: uma visão integrada.** Tradução Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning. 2008.
- MINAYO (Org.), M. C. S. DESLANDES, S. F. GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 29. ed. Petrópolis; Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.
- NASCIMENTO, Ives Romero Tavares do. **A Expansão da educação superior como estratégia de desenvolvimento territorial: o caso da Universidade Federal do Cariri.** 2018. 266 f. Tese (Doutorado em Administração). UFBA, Salvador, 2018.
- OLIVEIRA, Floriano J. G. Mudanças Tecnológicas e produção do espaço: considerações na escala local. Investigaciones Geográficas. **Boletim Instituto de Geografia.** Universidade Nacional Autónoma de México, n. 52, p.72-82, 2003.

- PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração pública**. 5. ed. São Paulo: Método, 2016.
- PINTO, T. B. GOMES, S. S. **Egressos de cursos de graduação na modalidade a distância: o que os dados revelam?** Anais do XV Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESUD) e o IV Congresso Internacional de Educação Superior a Distância (CIESUD). 2018. Disponível em: <https://esud2018.ufrn.br/wp-content/uploads/187940_1_ok.pdf>. Acesso em: 01 Abr. 2019.
- PORTO, A. S. NEVES. M. F. MACHADO. M. J. **Educação a Distância na formação de professores: ranços e avanços**. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2012/anais/283f.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- ROCHA, Juliana Dalboni. **Estratégias territoriais de desenvolvimento e sustentabilidade no semiárido brasileiro**. 2008. 334 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). UNB, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4757/1/tese_completa_definitivo.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.
- RODRIGUES, Luzia Coelho. **Perspectivas da avaliação de cursos a partir de seus egressos: análise das especializações do PNAP/UNIVASF**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Administração). UFBA, Salvador, 2016.
- RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis, UFSC: CAPES: UAB, 2009.
- SANTOS, A. L. **Direito à educação: a Universidade Aberta do Brasil uma política pública de acesso ao ensino superior. Anais do XII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na sociedade contemporânea**. 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/Administrador/Downloads/14721-11710-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- SILVA, E. R. G. RIBAS, J. C. C. MOREIRA. B. C. M. BATTISTI. P. PEREIRA. A. T. C. **Gestão de polo de apoio presencial no sistema Universidade Aberta do Brasil: construindo referenciais de qualidade**. CINTED-UFRGS. *Novas Tecnologias na Educação* V. 8 N° 3, dezembro, 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/renote/article/viewFile/18086/10662>> Acesso em: 05 abr. 2019.
- SILVA, Jussara Borges da. **A política nacional de formação de professores no Território de Identidade de Vitória da Conquista/BA: o processo de regulamentação da Educação a Distância**. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.
- SOUZA, J. B. A. **A contribuição dos polos presenciais na EaD: um estudo exploratório**. 7° CONAHPA. Congresso Nacional de Ambientes Hiperfídia para Aprendizagem. São Luís/MA. 17 à 20 de junho de 2015. Disponível em: < http://conahpa.sites.ufsc.br/wp-content/uploads/2015/06/ID32_Souza.pdf>. Acesso em: 17 Abr. 2019.
- SOUZA, W. G. GOMES, C. A. dos S. MOREIRA. S.P.T. **Educação a Distância como possibilidade de democratização do ensino superior: uma discussão à luz do pensamento de Democracia e Educação de John Dewey**. Anais do 20º CIAED- Congresso Internacional ADEB de Educação a Distância. Piracicaba/SP, pp. 1-10, 2014. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/348.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- TOZONI-REIS, M F C. **Metodologia da Pesquisa**. 2ª. ed. — Curitiba: IESDE Brasil S.A. , 2009.
- VIEIRA, M. F. **A Gestão de EaD no contexto dos Polos de Apoio Presencial: Proximidades e diferenças entre a Universidade Aberta do Brasil e as Instituições universitárias privadas**. 2018. Tese (Doutorado em em Educação na área de especialização em Educação a Distância e eLearning). Universidade Aberta.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n.15, out. p. 87145, 2000.